



Os judeus e o desarmamento.

Os judeus têm armas, os judeus têm armas!

Grito de soldado alemão no início do levante do Gueto de Varsóvia (abril, 1943).

Um dos aspectos que mais nos surpreende na campanha de desarmamento civil em curso no país é a passividade com que certos segmentos da sociedade aceitam sem críticas este movimento. Ao contrário dos esquerdistas, que dão primordial importância ao desarmamento, a direita e os conservadores em geral tendem a menosprezar este aspecto. Dizem eles que arma é coisa de criança, ou de ignorantes, ou mesmo de gente violenta. Esta atitude “blasé” não poderia ser mais enganadora e poderá ter consequências catastróficas. Na recente história do Brasil tivemos inúmeros exemplos de grupos violentos incentivados pela esquerda, como os movimentos dos sem-terra ou dos sem-teto, promovendo o esbulho no campo e nas cidades, com a total inoperância das forças do Estado que deveriam, em tese, garantir os direitos individuais, das empresas e da coletividade.

Um grupo social que surpreende por seu silêncio e passividade é o da Comunidade Israelita no Brasil. É surpreendente porque, por séculos, o povo judeu foi perseguido em inúmeros países e culturas diversas. Humilhação, esbulho, desapropriação, confisco, deportação, prisão e morte fazem parte do passado judeu. Parece-nos que os judeus brasileiros ignoram, esqueceram ou nada aprenderam com a história. Será que não sabem que o desarmamento sempre precedeu essas ações?

Um dos casos mais conhecidos e documentados de desarmamento dos judeus (mas não o único) ocorreu em 11 de novembro de 1938, quando o Ministro do Interior da Alemanha, Hermann Goering, determinou que os judeus não poderiam mais “adquirir, possuir e portar armas de fogo e munições. Os que

possuíssem armas e munições deveriam entregá-las imediatamente à autoridade policial mais próxima.”

Para que essa ordem fosse cumprida, os *judenrat* (1) foram encarregados de alardear os “malefícios” de possuir uma arma. Diziam que as armas são perigosas, que causam acidentes e que as pessoas cometem crimes passionais com elas (soa familiar?). Como bons cidadãos, todos deveriam colaborar com o governo entregando suas armas particulares.

O que se seguiu a este ato todos conhecem, mas parece que os judeus brasileiros esqueceram. Esqueceram mesmo, ou isso não passa de receio de ser politicamente incorreto? De ser considerado um “ogro” de direita?

Bem próximo de nós, logo alí na Venezuela, Hugo Chaves, com o apoio da ONG Viva Rio, impôs o desarmamento civil, ao mesmo tempo em que armava suas Milícias Bolivarianas. Essa tática não é nova. Ele copiou de Mussolini, com seus camisas negras (Milícia Voluntária para a Segurança Nacional) e de Hitler, com suas camisas pardas (SA – Sturmabteilung). Estarão felizes os judeus venezuelanos?

Alguns dirão que no Brasil é diferente. Que aqui não há anti-semitismo como havia na Alemanha e na Europa em geral no início do século XX. É verdade. Este é um país maravilhoso que acolhe de braços abertos todos os imigrantes. A miscigenação é uma realidade no Brasil e as poucas manifestações racistas sempre foram casos isolados e nunca uma política oficial de Estado na República. Ao menos até o PT chegar ao poder.

A verdade é que desde o governo Lula, foram tomadas ações bastante duvidosas neste aspecto. Políticas “aparentemente equivocadas” levam o racismo para as salas de aula, tais como a criação de cotas para negros nas universidades públicas e a obrigatoriedade de declaração da “raça” nas escolas do primeiro grau (2). A noção de “raça” voltou a fazer parte da política oficial do governo, num retrocesso aos tempos da colônia e do império. No caso específico dos judeus, o governo Lula portou-se mais como Filinto Müller (3) que como Oswaldo Aranha (4), basta ver suas posturas pró Iran, pró palestinos, suas viagens a países do Oriente Médio e as declarações da Cúpula Países Árabes/América do Sul de 2005, 2009, 2012 e 2015.

Mas não é só isso. Vejam como os sindicatos, todos controlados por partidos de esquerda, proclamam seu apoio ao “pobre povo palestino subjugado pelo imperialismo sionista-israelense” e esclareçam-nos o que tem a ver o conflito no Oriente Médio com o movimento sindical brasileiro. Será que algum desses sindicalistas conhece algum árabe de origem palestina? Provavelmente não. Mas, muito possivelmente estes sindicalistas têm colegas de trabalho judeus. Não será, então, este assunto totalmente alheio às relações trabalhistas, uma manifestação disfarçada de anti-semitismo?

Outros ainda dirão: - Ah, mas no Brasil nunca houve nada parecido com um *pogrom* (5). Sim, mas é preciso lembrar que a imigração israelita para o Brasil aconteceu de forma paulatina e em pequenos números (6). Na Alemanha também não havia anti-semitismo oficial até a década de 30. Soldados judeus combateram nas guerras de 1870 e 1ª Guerra Mundial (1914 -18), como qualquer cidadão alemão. Então, repentinamente em janeiro de 1933, tudo mudou.

Devemos ter a consciência de que o ódio e a intolerância podem brotar a qualquer momento e em qualquer lugar, com muitos fatores capazes de iniciá-los. Conhecemos alguns descendentes de alemães que ainda têm bem viva em suas memórias as agressões e humilhações que seus pais passaram quando o Brasil juntou-se aos Aliados na Segunda Guerra Mundial – alguns tiveram suas casas apedrejadas. Os jornais trazem, amiúde, cenas de populares depredando ônibus e trens pelo país afora - às vezes apenas por estarem atrasados. Isto nos mostra que uma *kristallnacht* (7) não é uma ocorrência impossível num país tropical.

A urgência.

É preciso ver bem claramente que a campanha de desarmamento visa acabar com o direito à Legítima Defesa, uma ordenação jurídica presente na Constituição e no Código Penal Brasileiro, além de ser um direito natural do homem constante na *Torah* (8). É preciso que todos saibam que a aprovação da Lei 10.826 (o Estatuto do Desarmamento) desrespeitou diversos itens da Constituição e nunca foi debatida no plenário da Câmara dos Deputados. Esta lei foi aprovada por votos de liderança na noite (19h) do dia 22 de dezembro de 2003, antevéspera do Natal e que muitos dos “líderes” participantes da farsa estiveram envolvidos no escândalo chamado “mensalão”.

Posteriormente, no Referendo de 2005, a sociedade brasileira se manifestou de forma incontestante contra a proibição da venda de armas no país. Nem por isso os governos de Lula e Dilma fizeram qualquer movimento em prol de uma flexibilização desta lei.

Hoje, decretos do presidente Bolsonaro, que regulamentam alguns itens da legislação e atingem apenas uma minúscula parcela da população, os chamados CACs (Colecionadores, Atiradores e Caçadores), sofrem forte pressão das forças esquerdistas no Senado e no Supremo Tribunal Federal (STF) para sua anulação. Apesar de só afetarem este pequeno grupo de cidadãos, os votos proferidos pelo ministro Fachim e pela ministra Rosa Weber do STF sobre um decreto que não mais existe, atropelam a Constituição, a letra da lei e os próprios regulamentos do STF, revelando que a esquerda sabe muito bem do valor simbólico dessas flexibilizações e vai lutar por cada centímetro deste terreno.

Todas essas arbitrariedades, desprezo pela opinião pública, aberrações jurídicas e atropelos constitucionais típicos de uma ditadura, revelam uma motivação muito forte e um sentido de urgência que deveria colocar todos os brasileiros, mas principalmente os judeus e outras minorias, com “as barbas de molho”. Passo a passo e com o apoio da mídia amestrada, o STF caminha para

tornar inconstitucional a posse de armas no Brasil. Essa proibição total que se avizinha, vai afetar não só a nossa geração como também as futuras. Nesses 1880 anos de diáspora, sempre foram os governos os principais inimigos dos judeus. Será que nossos filhos e netos não precisarão de armas? Quem pode prever o futuro?

Diversos brasileiros lúcidos e corajosos já se manifestaram publicamente contra o desarmamento. Não conhecemos um único judeu que tenha escrito uma simples frase contra o desarmamento civil. Muito pelo contrário, diversos judeus com prestígio e amplo acesso à mídia têm se manifestado pró-desarmamento e apoiado ostensivamente esta campanha. Estas manifestações não lembram as dos *judenrat* de ontem? Surpreende-nos, também, que nenhum empresário judeu esteja apoiando as instituições que combatem o desarmamento. Da mesma forma, estranhamos nenhum acadêmico judeu se manifestar, nem ao menos com dúvidas, diante das pesquisas de ISER / Viva Rio / Sou da Paz / Instituto Igarapé, obviamente manipuladas e distorcidas para apresentar os resultados que lhes convêm e apresentadas pela mídia como se ciência fossem.

Lembrem-se do *Purim* (9).

A passividade e subserviência entraram para a tradição cultural do judaísmo europeu em sua tentativa de sobrevivência. Os sabras (10) mais radicais costumam chamar os judeus que permaneceram na Europa ou imigraram para outros países de covardes ou de coitadinhos. Há alguns anos o então Primeiro-Ministro de Israel (Ariel Sharon), falando aos judeus da França, uma nação cada dia mais islamizada, declarou: “Vocês judeus franceses moram num país anti-semita e são covardes de não imigrar para Israel!” A frase retrata bem o espírito sabra. Eles têm toda razão e é fácil entender porque. Tal como no Brasil de hoje, na Europa do final do século XIX e início do XX, os judeus detinham, na maioria dos países, importante parcela do PIB, da produção científica, artística e acadêmica em geral, ocupavam cargos públicos e possuíam expressivo acesso à imprensa. Apesar disso, não souberam identificar as ameaças que surgiam ou se organizar para neutralizá-las em tempo hábil. Não souberam ou não quiseram se unir e preferiam imigrar a lutar por seus direitos.

É essa passividade e subserviência aos governantes que desperta o desprezo dos sabras. Eles resgatam o espírito valente e indomável dos judeus de antanho, que tanto trabalho deram aos egípcios, persas, gregos e romanos. E fazem isso com seu exemplo: não só nas batalhas que travaram para assegurar a sobrevivência de seu país, mas também na segurança do dia a dia. Em Israel o governo incentiva todos que fizeram serviço militar (quase toda população) a portar armas ocultas como forma de inibir o terrorismo. Foi esta política que forçou os terroristas árabes a empreender ataques suicidas com bombas, pois a prática anterior de metralhar multidões e fugir não estava mais dando resultado – as vítimas revidavam ao fogo! Muito embora a imprensa brasileira omita este fato, a maioria dos terroristas mortos em Israel o foi por cidadãos comuns e não pela polícia ou forças de segurança. Certamente a campanha de entrega de armas que ocorreu no Brasil não teria, em Israel, o apoio que teve entre os judeus brasileiros.

Nos EUA, diversos intelectuais judeus e rabinos opinam francamente a favor do direito à posse de armas. Existe até uma organização chamada Judeus pela Preservação do Direito de Ter Armas de Fogo (Jews for the Preservation of Firearms Ownership – <http://www.jpfo.org>) que é muito atuante. Colhemos a ilustração que encabeça este artigo de um desses sítios na internet. Nela está escrito: “Armadas – as pessoas exibem suas cores; Desarmadas - as vítimas são discriminadas por elas” (em tradução livre). Nada parecido existe na internet brasileira.

Mais uma vez, outra vez.

A história está se repetindo no Brasil e os sinais estão aí para quem tem olhos e bom senso para ver. Mais uma vez os judeus assumem a atitude irresponsável da omissão diante de uma situação de alto risco potencial. Pior: não sabem identificar seus potenciais aliados e potenciais inimigos presentes na sociedade. O movimento pelo desarmamento civil não é um movimento especificamente anti-semita, mas tem um componente de totalitarismo fascista que não pode ser ignorado. É uma “Espada de Dâmocles” ameaçando todas as minorias étnicas e grupos conservadores do país. A criminalização da mera posse de uma arma será usada como pretexto para buscas em domicílios, prisões, execração pública e outras formas de coação sobre adversários políticos e inimigos pessoais de alguma autoridade, tal como já ocorreu em inúmeros outros países e ocasiões. É também um gatilho armado para o genocídio e só o tempo dirá como, quando e quem o disparará. É um assunto muito sério para ser tratado com a indiferença que vem sendo tratado, ainda mais diante da tolerância que já vimos em governos passados com ações violentas de grupos radicais, tais como o MST.

Que boa parte da população brasileira, devido a seu baixo nível cultural, seja iludida pelo circo armado pela esquerda, pelas ONGs patrocinadas com capital estrangeiro e pela TV GLOBO, é compreensível. Mas que os judeus, devido a seu grau de escolaridade acima da média e seu passado ainda recente, compactuem com essa impostura é inconcebível e inadmissível.

Walter C. Merling Jr.

Economista, museólogo e historiador.

Presidente da Associação Brasileira dos Colecionadores de Armas - ABCA

NOTA: Este artigo foi escrito originalmente em 2005 por ocasião do Referendo sobre a proibição da venda de armas no país. Por se tratar de tema ainda relevante, foi atualizado em abril de 2021 por

Leonardo Arruda

Engenheiro

Associação Brasileira Pela Legítima Defesa - ABPLD

- (1) *Judenrat*: Conselho de representantes judeus criados pelos nazistas nas comunidades e guetos para executarem suas instruções.
 - (2) Programa “Mostre sua raça – declare sua cor” – Portaria 156 de 20/out/2004 do Ministério da Educação
 - (3) Filinto Muller: Chefe da Polícia do Distrito Federal durante o Estado Novo (1937 – 1945). Era favorável às potências do Eixo. Perseguiu e torturou muitos judeus acusados de serem comunistas.
 - (4) Oswaldo Aranha: Chanceler brasileiro durante o Estado Novo. Era favorável aos Aliados. Presidiu a seção da ONU que criou o Estado de Israel em 1947.
 - (5) *Pogrom*: Chacinas e saques de comunidades judias realizadas na Europa desde o séc. XI.
 - (6) Não considerando o período holandês (1630 – 1654)
 - (7) *Kristallnacht*: Noite dos Cristais (09/11/1938) – Noite em que sinagogas foram queimadas e estabelecimentos judeus foram atacados e saqueados por nazistas e simpatizantes. O nome deriva dos cacos de vidros das vitrines que encheram as ruas de várias cidades alemãs. Foi o primeiro pogrom alemão na era contemporânea e considerado o início do Holocausto.
 - (8) *Torah*: A Bíblia judaica - The Torah and Self-Defense, por David Kopel. - Penn State Law Review
 - (9) *Purim*: Festa comemorada em 23 de Shevat (fev./mar) lembrando os judeus que se armaram, lutaram e derrotaram o exército do ministro persa que queria exterminá-los.
 - (10) Sabras: nativos de Israel
- Ilustração: cortesia de Oleg Volk